

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira
Sul RS**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira
Sul RS
Bagé - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		336.579	278.212	CIRCULANTE		205.088	172.402
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	2.646	2.365	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	56.381	56.709
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		95.359	84.869	Depósitos à Vista		42.561	40.757
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	24	Depósitos a Prazo		13.820	15.952
Correspondentes no País		173	209	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		133.029	101.550
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	95.186	84.636	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	85
OPERACÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	229.340	182.959	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	133.028	101.465
Operações de Crédito		239.297	190.071	RELACIONES INTERDEPENDÊNCIAS		574	561
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.957)	(7.112)	Recursos em Trânsito de Terceiros		574	561
OUTROS CRÉDITOS		6.948	6.766	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	3.111	3.753
Créditos por Ávails e Fianças Honrados		24	44	Empréstimos País - Outras Instituições		3.111	3.753
Rendas a Receber		667	877	OUTRAS OBRIGAÇÕES		11.993	9.829
Diversos	(NOTA 07)	6.327	5.927	Cobrança e Arrecadação de Tributos		47	48
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(70)	(82)	Sociais e Estatutárias		2.221	1.565
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.286	1.253	Fiscais e Previdenciárias		796	597
Outros Valores e Bens		2.340	1.084	Diversas	(NOTA 14)	8.929	7.619
(Provisão para desvalorização)		(147)	(17)				
Despesas Antecipadas		93	186				
NÃO CIRCULANTE		62.275	61.926	NÃO CIRCULANTE		126.659	109.577
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		46.556	47.884	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		126.659	109.577
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	563	199	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	119.410	97.702
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		563	199	Depósitos a Prazo		119.410	97.702
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	45.853	47.601	RELACIONES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	7.249	11.875
Operações de Crédito		49.096	50.195	Repasses Interfinanceiros		7.249	11.875
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.243)	(2.594)				
OUTROS CRÉDITOS		140	84	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.107	58.159
Diversos	(NOTA 07)	159	84	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	42.317	37.129
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(19)	-	De Domiciliados no País		42.334	37.145
PERMANENTE		15.719	14.042	(Capital a Realizar)		(17)	(16)
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	8.447	8.129	RESERVAS DE SOBRAS		23.347	18.914
Outros Investimentos		8.447	8.129				
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	4.845	3.806	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.443	2.116
Imóveis de Uso		2.932	1.660				
Outras Imobilizações de Uso		6.314	6.402				
(Depreciação acumulada)		(4.401)	(4.256)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.427	2.107				
Outros Ativos Intangíveis		4.222	3.531				
(Amortização acumulada)		(1.795)	(1.424)				
TOTAL DO ATIVO		398.854	340.138	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		398.854	340.138

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	25.333	-	25.333	49.850	-	49.850	42.556	-	42.556
Operações de Crédito	25.032	-	25.032	49.517	-	49.517	42.552	-	42.552
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	290	-	290	318	-	318	4	-	4
Resultado das Aplicações Compulsórias	11	-	11	15	-	15	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(17.499)	(398)	(17.897)	(32.817)	(636)	(33.453)	(25.042)	(431)	(25.473)
Operações de Captação no Mercado	(7.997)	(10)	(8.007)	(15.483)	(18)	(15.501)	(13.040)	(16)	(13.056)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.743)	(388)	(5.131)	(9.291)	(618)	(9.909)	(5.987)	(415)	(6.402)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.759)	-	(4.759)	(8.043)	-	(8.043)	(6.015)	-	(6.015)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.834	(398)	7.436	17.033	(636)	16.397	17.514	(431)	17.083
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.698)	1.375	(3.323)	(9.783)	2.672	(7.111)	(8.764)	2.822	(5.942)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	953	2.613	3.566	1.904	4.812	6.716	2.551	2.872	5.423
Rendas de Tarifas Bancárias	1.891	-	1.891	3.757	-	3.757	2.316	1	2.317
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.212)	(605)	(7.817)	(13.886)	(942)	(14.828)	(11.867)	(798)	(12.665)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.255)	(634)	(5.889)	(10.146)	(1.083)	(11.229)	(8.989)	(1.101)	(10.090)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(61)	(124)	(185)	(93)	(226)	(319)	(90)	(140)	(230)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	9.513	361	9.874	17.161	477	17.638	14.827	2.351	17.178
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.527)	(236)	(4.763)	(8.480)	(366)	(8.846)	(7.512)	(363)	(7.875)
RESULTADO OPERACIONAL	3.136	977	4.113	7.250	2.036	9.286	8.750	2.391	11.141
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(156)	(5)	(161)	(138)	(6)	(144)	(211)	4	(207)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.980	972	3.952	7.112	2.030	9.142	8.539	2.395	10.934
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	286	286	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	164	164	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	122	122	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.980	1.258	4.238	7.112	2.030	9.142	8.539	2.395	10.934
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.030	(2.030)	-	2.395	(2.395)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.980	1.258	4.238	9.142	-	9.142	10.934	-	10.934
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.699)	-	(7.699)	(8.818)	-	(8.818)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.176)	-	(4.176)	(4.186)	-	(4.186)
Fates - Estatutário	-	-	-	(206)	-	(206)	(302)	-	(302)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(2.474)	-	(2.474)	(3.628)	-	(3.628)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(843)	-	(843)	(702)	-	(702)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.443	-	1.443	2.116	-	2.116

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
 CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	31.242	13.853	1.731	46.826
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	995	-	(995)	-
Destinações para reservas	-	731	(731)	-
Outras destinações	-	-	(5)	(5)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.314	-	-	2.314
Baixas de capital	(1.398)	-	-	(1.398)
Resultado do período	-	-	10.934	10.934
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(302)	(302)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.628	(3.628)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.976	-	(4.186)	(210)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	702	(702)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	37.129	18.914	2.116	58.159
Mutações do Período	5.887	5.061	385	11.333
Saldos no início do período em 01/01/2016	37.129	18.914	2.116	58.159
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	986	-	(986)	-
Destinações para reservas	-	1.116	(1.116)	-
Outras destinações	-	-	(14)	(14)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.680	-	-	2.680
Baixas de capital	(2.424)	-	-	(2.424)
Resultado do período	-	-	9.142	9.142
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(206)	(206)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.474	(2.474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.946	-	(4.176)	(230)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	843	(843)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.317	23.347	1.443	67.107
Mutações do Período	5.188	4.433	(673)	8.948
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	37.724	20.030	4.904	62.658
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.734	-	-	1.734
Baixas de capital	(1.087)	-	-	(1.087)
Resultado do período	-	-	4.238	4.238
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(206)	(206)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.474	(2.474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.946	-	(4.176)	(230)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	843	(843)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.317	23.347	1.443	67.107
Mutações do Período	4.593	3.317	(3.461)	4.449

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016 (Reclassificado)	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.096	13.730	12.265
Resultado do semestre/exercício	4.238	9.142	10.934
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.858	4.588	1.331
Provisão para operações de crédito	2.568	3.494	947
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	130	130	(36)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	31	7	(34)
Depreciação do imobilizado de uso	301	588	516
Amortização do intangível	202	371	316
Baixas do ativo permanente	68	80	46
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(63)	21	32
Destinações ao FATES	(206)	(206)	(302)
Dividendos SicrediPar	(173)	103	(154)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(20.001)	(195)	(4.510)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16)	(364)	(199)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.805	24	(22)
Redução em relações com correspondentes	13	36	34
(Aumento) em operações de crédito	(55.604)	(48.127)	(50.539)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	30.760	26.853	24.995
(Aumento) em outros créditos	(191)	(348)	(1.121)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.024)	(1.163)	(512)
Aumento em depósitos	3.407	21.380	20.718
Aumento em relações interdependências passivas	320	13	1
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(905)	(642)	367
Absorção de dispêndios pelo FATES	(148)	(260)	(247)
Aumento em outras obrigações	1.582	2.403	2.015
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(12.905)	13.535	7.755
Aquisição de Investimentos	-	(318)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.275)	(1.707)	(1.444)
Aplicações no Intangível	(129)	(691)	(958)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.404)	(2.716)	(2.402)
Integralização de capital	1.734	2.680	2.314
Baixa de capital	(1.087)	(2.424)	(1.398)
Juros ao capital próprio	(230)	(230)	(210)
Distribuição de Sobras	-	(14)	(5)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	417	12	701
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(13.892)	10.831	6.054
Caixa e equivalente de caixa no início do período	111.724	87.001	80.947
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	97.832	97.832	87.001

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 17/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	278.260	(48)	278.212
OUTROS CRÉDITOS	6.814	(48)	6.766
Diversos	5.975	(48)	5.927
Ativo Não circulante	61.878	48	61.926
OUTROS CRÉDITOS	36	48	84
Diversos	36	48	84
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.942)	-	(5.942)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.581	(158)	5.423
Rendas de Tarifas Bancárias	2.159	158	2.317
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(4.311)	(199)	(4.510)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	7.954	(199)	7.755
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.601)	199	(2.402)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	2.646	2.365
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	95.186	84.636
Total	97.832	87.001

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	563	199
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	563	199
Total realizável a longo prazo	563	199

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	56.465	23.303	79.768	82.295
Financiamentos	23.150	12.409	35.559	18.342
Financiamentos rurais e agroindustriais	159.682	13.384	173.066	139.629
Carteira total	239.297	49.096	288.393	240.266

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	24	-	24	44
Devedores por compra de valores e bens	111	159	270	48
Títulos e créditos a receber (i)	4.141	-	4.141	3.276
Total	4.276	159	4.435	3.368

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	92.378	68.008	462	340
Nível B	1,00	138.175	128.940	1.382	1.289
Nível C	3,00	33.547	29.676	1.006	890
Nível D	10,00	16.274	7.116	1.627	712
Nível E	30,00	2.775	2.499	834	750
Nível F	50,00	2.601	2.746	1.300	1.373
Nível G	70,00	1.333	716	933	501
Nível H	100,00	5.745	3.933	5.745	3.933
Total (i)		292.828	243.634	13.289	9.788

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	2.980	21.124	36.147	23.971	84.222
Rural	1.498	16.755	141.429	13.384	173.066
Industrial	-	1.493	1.054	1.707	4.254
Comércio	457	6.163	8.822	8.043	23.485
Outros Serviços	205	2.013	3.433	2.150	7.801
Total	5.140	47.548	190.885	49.255	292.828
					243.634

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	24.926	8,51	18.003	7,39
50 devedores seguintes	57.732	19,72	38.950	15,99
100 devedores seguintes	52.626	17,97	43.312	17,78
Demais	157.544	53,80	143.369	58,85
Total	292.828	100	243.634	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	9.788	8.875
Constituição de provisão	8.043	6.015
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.542)	(5.102)
Saldo final	13.289	9.788

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.766 (2015 - R\$ 2.809), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 2.406 (2015 - R\$ 2.706).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	78	66
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.190	982
Devedores por compra de valores e bens	111	12
Devedores por depósitos em garantia	173	133
Impostos e contribuições a compensar	250	415
Títulos e créditos a receber	4.141	3.276
Valores honrados	-	10
Operações com cartões	15	17
Pendências a regularizar	5	814
Outros	364	202
Total Circulante	6.327	5.927

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	48
Devedores por compra de valores e bens	159	36
Total realizável a longo prazo	159	84

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	2.340	1.084
Imóveis	2.261	1.067
Veículos e afins	52	-
Máquinas e equipamentos	10	-
Bens em regime especial	17	17
Despesas antecipadas	93	186
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(147)	(17)
Total Circulante	2.286	1.253

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 147 (2015 - R\$ 17) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	4.616	4.533
Sicredi Participações S.A.	3.828	3.592
Outras Participações e Investimentos	3	4
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	2	3
Total	8.447	8.129

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.241.126 ON	1.164.626 ON	1	1	4.615.505	4.532.630
	2.586.941 PN	2.427.565 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,44%	0,45%	0,63%	0,72%	1,31%	1,32%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	3.828	3.592	1	1	4.616	4.533

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.246	(4.401)	4.845	3.806
Imobilizações em curso	-	82	-	82	240
Terrenos	-	1.650	-	1.650	700
Edificações	4%	1.282	(454)	828	548
Instalações	10%	2.350	(1.562)	788	809
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.202	(649)	553	543
Sistema de comunicação	10%	105	(47)	58	44
Sistema de processamento de dados	20%	2.182	(1.509)	673	724
Sistema de segurança	10%	168	(107)	61	63
Sistema de transporte	20%	225	(73)	152	135
Intangível (i)	5% a 15%	4.222	(1.795)	2.427	2.107
Investimentos Confederação		4.214	(1.793)	2.421	2.100
Outros ativos intangíveis		8	(2)	6	7
Total		13.468	(6.196)	7.272	5.913

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	42.561	-	-	42.561	40.757
Depósitos a prazo	5.646	8.174	119.410	133.230	113.654
Total	48.207	8.174	119.410	175.791	154.411

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	133.028	101.465
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	133.028	101.465
Total circulante	133.028	101.465
Recursos do Crédito Rural	7.249	11.875
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.249	11.875
Total exigível a longo prazo	7.249	11.875

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 05/09/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	3.111	3.753
Cooperativa Central Sicredi Sul	3.111	3.753
Total circulante	3.111	3.753

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	-	4
Obrigações por convênios oficiais	10	6
Provisão para pagamentos a efetuar	2.474	2.163
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	652	631
Provisão para coobrigações (i)	684	651
Pendências a regularizar	133	187
Operações com cartões	3.997	3.144
Demais fornecedores	259	410
Credores diversos	720	423
Total circulante	8.929	7.619

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	592	342	(357)	577
Cível	39	62	(26)	75
Total	631	404	(383)	652

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	577	592
Cível	Provável	75	39
Total		652	631

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 15 e R\$ 294 (2015 - R\$124 e R\$ 89), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	42.317	37.129
Total de associados	23.756	26.220

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.188 (2015 – R\$ 5.889), sendo R\$ 4.932 (2015 – R\$ 4.971) via integralização de resultados e R\$ 2.680 (2015 – R\$ 2.314), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.424 (2015 – R\$ 1.398).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 11,06% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.176, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	9.142	10.934
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(3.840)	(4.592)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	-	18
Provisão de PPR	12	4
Receita com atos cooperativos	2.987	3.416
Juros sobre o capital próprio	1.754	1.674
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	249
Outros	(913)	(769)
Subtotal	3.840	4.592
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	563	199
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	95.186	84.636
Outros Créditos - Rendas a receber	420	510
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.226	1.031
Despesas antecipadas (Nota 07)	81	174
Investimentos (Nota 09)	8.445	8.126
Intangível (Nota 10)	2.421	2.100
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	140.277	113.340
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.111	3.753
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	3.880	3.123
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	317	4
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	2.460	45
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	13.756	12.369
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.909	6.403
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	489	412
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	4.439	4.215

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	125	0,29%	239
Depósitos a prazo	521	0,39%	385
Operações de crédito	3.910	1,36%	2.939

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.970	1.189

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 11.229 (2015 - R\$ 10.090), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.286	1.505
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	13.019	11.564
Reversão de provisões operacionais	2.381	1.451
Outras rendas operacionais	952	2.658
Total	17.638	17.178

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.044	763
Contribuição O.C.E.	81	55
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	152	260
Contribuição Confederação Sicredi	2.929	2.805
Cooperativa Central Sicredi Sul	846	624
Contribuição Sureg	3	142
Encargos da administração financeira	74	71
Repasso Administradora de Cartões	410	285
Outras provisões operacionais	1.541	800
Outras despesas operacionais	1.766	2.070
Total	8.846	7.875

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	21.139	22.357
Total	21.139	22.357

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	66.003	57.629
Capital principal - CP	66.003	57.629
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	23.347	18.914
Lucros acumulados	1.443	2.116
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.104	530
Total do capital qualificado	66.003	57.629
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	31.433	26.714
Índice sobre o PR considerando a RBAN	22,05%	22,65%
Situação para o limite de imobilização	6.171	5.388
Índice de imobilização (limite 50%)	9,35%	9,35%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Gilmar Miguel Uberti Minuzzi

Diretor Executivo

CPF: 365.949.030-04

Jalber de Oliveira Madruga
Diretor de Operações
CPF: 973.775.540-53

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72